

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício de 2020 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

1.1 Histórico

A **Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2020 foi um ano de grandes desafios para economia global advindos de efeitos da Covid-19, na qual foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que se tratava de uma pandemia. De forma geral as medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Com a pandemia, o cenário global sofreu mudanças drásticas. Em meados de 2020, o mercado já projetava uma recessão na economia brasileira entre 7,5% e 8,0% para 2020, contudo, ao final do ano a expectativa do Focus do Banco Central já era de retração de 4,4%. Na parte cambial, o dólar fechou 2020 em alta acumulada de 29,3% em relação a 2019, cotado a R\$5,189, sendo o real uma das moedas que mais desvalorizou nesse período.

No tocante à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2020 em 4,52% (4,31% em 2019). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) bateu a marca dos 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em um patamar bem mais alto do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, e registrou o menor patamar histórico.

Vale também destacar que as autoridades governamentais brasileiras implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais impostos pela atual pandemia com destaque para: PIS e Confins e INSS-Contribuição Patronal - os valores devidos das competências de março a maio de 2020 foram diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; FGTS - o recolhimento das competências de março a maio foi diferido em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho de 2020; e IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre abril e novembro e 2ª quinzena de dezembro de 2020.

3 Ambiente Regulatório

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente pela variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo-IPCA e nas revisões periódicas a cada 5 (cinco) anos das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. Novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve uma redução de geração e consumo de energia elétrica de 1,5% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE foi considerado um dado animador tendo em vista que a expectativa era de 5% a 6% abaixo de 2019. Destaca-se que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

4 Desempenho Operacional

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia encontrava-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez estava integralmente em fase pré-operacional. Conforme divulgado em nota explicativa de eventos subsequentes da presente demonstração financeira a Companhia entrou integralmente em operação em 3 de março de 2021.

A Companhia é composta pelos ativos abaixo:

LT 500 kV Rio da Éguas - Arinos 2;
LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2;
SE 500 kV Arinos 2

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2020 destacamos a continuidade do aperfeiçoamento/*upgrade* de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

A alta Administração da Companhia é assessorada pelos Acionistas Controladores e pelo Conselho de Administração, que de acordo com o seu Estatuto Social, deve ser composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, que se reúnem a cada 3 (três) meses.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. E, ressaltamos que após declaração, em 11 de março de 2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma pandemia, a Administração vem adotando todas as medidas preventivas legais para a proteção, segurança e saúde de todos seus colaboradores e *stakeholders* em linha com as ações preventivas difundidas globalmente.

VEREDAS

TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de março de 2021.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de junho de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.212	79.778
Impostos a recuperar		3.029	2.674
Adiantamentos diversos		171	261
		30.412	82.713
Não circulante			
Ativo fiscal diferido	6	18.423	8.931
Imobilizado	7	896.475	732.764
Intangível	7	3.586	3.208
		918.484	744.903
Total do ativo		948.896	827.616

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	137	7.410
Empréstimos e financiamentos	10	8.191	-
Obrigações fiscais		284	2.514
Partes relacionadas	9	82.128	125.054
Provisões	8	1.845	10.122
		92.585	145.100
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	687.521	542.685
		687.521	542.685
Patrimônio líquido	11		
Capital social		153.001	133.001
Reserva de lucros		367.828	239.706
Prejuízos acumulados		(352.039)	(232.876)
Total patrimônio líquido		168.790	139.831
Total do passivo e patrimônio líquido		948.896	827.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Custos gerenciáveis parcela "B"	12		
Pessoal		(209)	(246)
Material		(6)	(37)
Serviços de terceiros		(242)	(1.441)
Aluguéis		(34)	(77)
Outras despesas		(42)	(8)
Resultado da atividade de concessão		(533)	(1.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.492	8.931
Lucro líquido do exercício		8.959	7.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	8.959	7.122
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.959</u>	<u>7.122</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11	1.001	200	23.931	(24.423)	709
Integralização de capital		132.000	-	-	-	132.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	7.122	7.122
Destinação de lucros à		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	10.778	-	(10.778)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	204.797	(204.797)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	133.001	10.978	228.728	(232.876)	139.831
Integralização de capital		20.000	-	-	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	8.959	8.959
Destinação de lucros à		-	-	-	-	-
Reserva legal		-	6.406	-	(6.406)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	121.716	(121.716)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		153.001	17.384	350.444	(352.039)	168.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.959	7.122
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	28.906	17.290
Amortização dos custos de transação	1.780	-
Provisões	(8.278)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.492)	(8.931)
	21.875	15.481
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	(42.926)	122.712
Adiantamentos diversos	90	284
Tributos a recuperar	(355)	(2.207)
Fornecedores	(7.273)	(593)
Provisões	-	(24.752)
Obrigações fiscais	(2.229)	1.356
	(52.693)	96.800
Fluxo de Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(30.818)	112.280
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(163.710)	(611.552)
Aquisições de intangível	(378)	(766)
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(164.088)	(612.318)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	20.000	132.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	126.192	755.166
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	(3.852)	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	(33.189)
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	-	(320.000)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	142.340	533.977
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(52.566)	33.940
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	27.212	79.778
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	79.778	45.838
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(52.566)	33.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia conta com aportes que são realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente para a conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1- 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kv Arinos

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 48 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Da concessão--Continuação

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis a Administração não observou impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2020.

E de acordo com a portaria 6.307 de 24 de março de 2020 do diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020, os serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural, são considerados atividades essenciais.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Impactos do Covid-19--Continuação

Na data da emissão da presente demonstração contábil regulatória, a administração da Companhia não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios, tendo em vista que a Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 17.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2021.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias—Continuação

3.3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) *Empréstimos e recebíveis*

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48 / IFRS 9.

d) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f) Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g) Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i) Imobilizado

i) *Imobilizado em serviço*

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Imobilizado--Continuação

ii) *Imobilizado em curso*

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

j) Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

k) Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	1
Bancos	137	419
Aplicações financeiras (a)	27.074	79.358
	<u>27.212</u>	<u>79.778</u>

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa—Continuação

- (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco Santander	CDB	101% CDI	20.806	1.602
Banco Bradesco	CDB	99,5% CDI	67	71.558
Banco Caixa	CDB	96% CDI	-	6.198
Banco Itaú	CDB	75% CDI	6.201	-
			27.074	79.358

6. Ativo fiscal diferido

Natureza dos créditos	Ativo			
	31/12/2020			
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido	54.185	13.546	25%	13.546
CSLL diferida	54.185	4.877	9%	4.877
		18.423		18.423

Natureza dos créditos	Ativo			
	31/12/2019			
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido	26.269	6.567	25%	6.567
CSLL diferida	26.269	2.364	9%	2.364
		8.931		8.931

- (i) Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos/desapropriações	4.052	91	-	-	4.143	91	-	4.143	4.052
A Ratear									
Pessoal	434	239	-	-	673	239	-	673	434
Materiais	237.517	11.947	-	-	249.464	11.947	-	249.464	237.517
Serviços	411.947	119.789	-	-	531.737	119.789	-	531.737	411.947
Outros	17.103	8.078	-	-	25.181	8.078	-	25.181	17.103
Resultado financeiro	28.893	55.989	-	-	84.882	55.989	-	84.882	28.893
Adiantamento a fornecedores	32.818	3.827	(36.249)	-	395	40.076	-	395	32.818
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	732.764	199.961	(36.249)	-	896.475	236.210	-	896.475	732.764
Total do ativo imobilizado	732.764	199.961	(36.249)	-	896.475	236.210	-	896.475	732.764

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	3.208
Subtotal	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	3.208
Total do intangível	3.208	378	-	-	3.586	378	-	3.586	3.208

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

8. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais	5	-
Serviços	132	7.410
Provisões (i)	1.845	10.122
	1.982	17.532

(i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

9. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas--Continuação

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	G&A
Cymi Construções e Participações (i)	-	116.578	-	-
Cymi do Brasil (i)	-	7.748	-	-
Cymi Tech Soluções e Sistemas (ii)	-	728	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (iii)	-	125.054	-	-
Cymi Construções e Participações (i)	-	60.873	-	-
Cymi do Brasil (i)	-	20.405	-	-
Cymi Tech Soluções e Sistemas (ii)	-	850	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (iii)	-	82.128	-	-

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações (atual denominação social da Cymimasa) e Cymi do Brasil.
- (ii) Refere-se a CymiTech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia.
- (iii) Os custos incorridos até 2018 e 2019, bem como os projetados até o final do empreendimento encontram-se divulgados conforme Nota Explicativa 16 de Compromissos Assumidos - Contrato EPC.

10. Financiamentos

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020	31/12/2019
Citibank	BRL	07/06/2019		-	-
Banco Société Generali - NP	BRL	26/09/2019		-	-
BNDES Subcrédito A	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	347.856	271.343
BNDES Subcrédito B	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	347.856	271.343
Total de empréstimos e financiamentos				695.712	542.685
Circulante				8.191	-
Não circulante				687.521	542.685

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos--Continuação

b) Movimentação em 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito A	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
BNDES Subcrédito B	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
Total	542.686	126.192	28.906	(2.072)	-	-	695.712

c) Movimentação em 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2019
Citibank	39.409	-	1.518	-	(37.500)	(3.427)	-
Société Generali - NP	84.011	-	4.221	-	(82.500)	(5.731)	-
Bradesco - Debêntures	-	200.000	7.427	-	(200.000)	(7.427)	-
BNDES Subcrédito A	-	277.583	2.062	(8.303)	-	-	271.343
BNDES Subcrédito B	-	277.583	2.062	(8.303)	-	-	271.343
Total	123.420	755.166	17.289	(16.606)	(320.000)	(16.585)	542.686

Citibank

Em 07 de junho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Citibank um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 37.500, com data de vencimento em 07 de junho de 2018. Em 07/06/2018, a Companhia pagou somente os juros e postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 07/06/2019, gerando um novo aditivo.

Banco Société Generali

Em 01 de Outubro de 2018, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia junto ao Banco Société Generali emitiu uma primeira emissão de nota promissória até o limite de R\$ 82.500. O vencimento das notas promissórias ocorreu em 26/09/2019.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos--Continuação

Banco Bradesco

Em 22 de Fevereiro de 2018, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia realizou junto ao Banco Bradesco sua segunda emissão de debêntures, até o limite de R\$ 200.000. A emissão foi em série única. As debêntures foram da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A liquidação das Debêntures ocorreu em 28 de agosto de 2019.

Banco BNDES

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Veredas, em 11 de julho de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 23/08/2019, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$ 400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$ 50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3, no valor de R\$ 100.000, cada um. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>
2021	8.191
2022	24.933
Após 2022	<u>681.266</u>
Total BNDES	714.390
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(18.678)</u>
Total das obrigações	<u>695.712</u>

11. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$ 153.001.000,00, dividido em 153.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

Durante o exercício de 2020 mediante aprovação da respectiva AGE ocorreu um aporte de capital totalizando R\$ 20.000.000 dividido em 1.000.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária Quotistas	31/12/2020		
	Qntd Ações	%	Valor
Cymi Construções e Participações S.A	76.500.500	50,00%	76.500.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	76.500.500	50,00%	76.500.500
Total	<u>153.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>153.001.000</u>

Composição acionária Quotistas	31/12/2019		
	Qntd Ações	%	Valor
Cymi Construções e Participações S.A	66.500.500	50,00%	66.500.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	66.500.500	50,00%	66.500.500
Total	<u>133.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>133.001.000</u>

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de Lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(209)	(246)
Material	(6)	(37)
Serviços de terceiros (a)	(242)	(1.441)
Aluguéis	(34)	(77)
Outras despesas	(42)	(8)
	<u>(533)</u>	<u>(1.809)</u>

(a) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Pelo regime de Lucro Real

Tendo em vista à apresentação de prejuízo fiscal, a Companhia não obteve despesas de IR e CSLL correntes registradas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

14. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	27.212	79.778
	27.212	79.778

- Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras		
CDI	27.074	79.358

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	- 25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	27.074	Queda da taxa CDI	690	518	345
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			2,55%	1,91%	1,28%

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 2,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (*)</u>	<u>25% Cenário A</u>	<u>50% Cenário B</u>
Passivos Financeiros					
BNDES IPCA TLP	695.712	Aumento do IPCA TLP	30.542	38.177	45.813
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP%			4,39%	5,49%	6,59%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP médio estimado de 4,39%, de acordo com a expectativa do mercado.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

iii) *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber - ativo de contrato	Valor justo por meio de resultado Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.
- Contas a receber - Ativo de contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2020. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros—Continuação

Descritivo	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	27.212	-	-	27.212
Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	695.712	-	-	695.712
Total	722.924	-	-	722.924

Descritivo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	79.778	-	-	79.778
Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	542.685	-	-	542.685
Total	622.463	-	-	622.463

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

15. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2020 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	28/10/2018 a 31/01/2021	150.000	264
Risco de Responsabilidade Civil	28/10/2018 a 31/01/2021	25.000	37

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

Contrato de EPC - Em 10 de fevereiro de 2017 a Cymi Construções e Participações S.A e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2020 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 807.567 conforme quadro abaixo:

	<u>Até 31/12/2019</u>	<u>Até 2020</u>	<u>Total</u>
Contrato EPC	702.311	105.256	807.567

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	27.212	-	27.212	79.778	-	79.778
Impostos a recuperar	3.029	-	3.029	2.674	-	2.674
Ativo de Contrato	-	108.759	108.759	-	-	-
Adiantamentos Diversos	171	-	171	261	-	261
	30.412	108.759	139.171	82.713	-	82.713
Não Circulante						
Ativo de Contrato	-	1.520.985	1.520.985	-	1.234.432	1.234.432
Ativo fiscal diferido	18.423	-	18.423	8.931	-	8.931
Imobilizado	896.475	(896.475)	-	732.764	(732.764)	-
Intangível	3.586	(3.586)	-	3.208	(3.208)	-
	918.484	620.924	1.539.408	744.903	498.460	1.243.363
Total do Ativo	948.896	729.683	1.678.579	827.616	498.460	1.326.076
	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	137	-	137	7.410	-	7.410
Empréstimos e financiamentos	8.191	-	8.191	-	-	-
Obrigações fiscais	284	-	284	2.514	-	2.514
Partes relacionadas	82.128	-	82.128	125.054	-	125.054
Provisões	1.845	-	1.845	10.122	-	10.122
	92.585	-	92.585	145.100	-	145.100
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	687.521	-	687.521	542.685	-	542.685
Impostos diferidos	-	365.115	365.115	-	253.055	253.055
	687.521	365.115	1.052.637	542.685	253.055	795.740
Patrimônio líquido						
Capital social	153.001	-	153.001	133.001	-	133.001
Prejuízos acumulados	(352.039)	352.039	-	(232.876)	232.876	-
Reserva de lucros	367.828	12.528	380.356	239.706	12.529	252.235
	168.790	364.567	533.357	139.831	245.405	385.236
Total Patrimônio líquido	168.790	364.567	533.357	139.831	245.405	385.236
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	948.896	729.683	1.678.579	827.616	498.460	1.326.076

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Remuneração do Ativo de Contrato	-	188.833	188.833	-	91.139	91.139
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	206.479	206.479	-	943.842	943.842
	-	395.312	395.312	-	1.034.981	1.034.981
Deduções da receita operacional						
PIS e COFINS	-	(36.566)	(36.566)	-	(95.736)	(95.736)
Receita operacional líquida	-	358.746	358.746	-	939.245	939.245
Custo de Construção	-	(136.706)	(136.706)	-	(597.748)	(597.748)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	222.040	222.040	-	341.497	341.497
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	(209)	-	(209)	(246)	-	(246)
Material	(6)	-	(6)	(37)	-	(37)
Serviços de terceiros	(242)	-	(242)	(1.441)	-	(1.441)
Aluguéis	(34)	-	(34)	(60)	-	(60)
Outras despesas	(42)	-	(42)	(25)	-	(25)
	(533)	-	(533)	(1.809)	-	(1.809)
Resultado da atividade de concessão	(533)	222.040	221.507	(1.809)	341.497	339.688
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	1.486	1.486	-	3.812	3.812
Despesas financeiras	-	(28.869)	(28.869)	-	(18.382)	(18.382)
	-	(27.383)	(27.383)	-	(14.570)	(14.570)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(533)	194.657	194.124	(1.809)	326.927	325.118
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.492	(75.494)	(66.002)	8.931	(118.475)	(109.544)
Lucro (Prejuízo) do exercício	8.959	119.163	128.122	7.122	208.452	215.574

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 17. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 17, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Patrimônio líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido societário	533.357	385.236
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(1.629.744)	(1.234.432)
Imobilizado e intangível	900.061	735.972
impostos diferidos	365.116	253.055
Patrimônio Líquido regulatório	<u>168.790</u>	<u>139.831</u>

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	206.479	206.479	-	943.842	943.842
Remuneração do Ativo de Contrato	-	188.833	188.833	-	91.139	91.139
	-	395.312	395.312	-	1.034.981	1.034.981
Deduções da receita operacional						
PIS e Cofins	-	(36.566)	(36.566)	-	(95.736)	(95.736)
Receita operacional líquida	-	358.746	358.746	-	939.245	939.245
Custo de Construção	-	(136.706)	(136.706)	-	(597.748)	(597.748)

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes do CPC 47/IFRS15
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2019 houve ajuste no montante de R\$ 4.124 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do CPC 47/IFRS15, são considerados ativos de contrato.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram, pois, a Companhia encontra-se parte pré-operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

17. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Lucro/prejuízo líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucros dos exercícios societários	128.122	215.574
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(395.312)	(1.034.981)
PIS/Cofins	36.566	95.736
Custo de Construção	136.706	597.748
Resultado financeiro	27.383	14.570
IR/CS diferidos e correntes	75.494	118.475
Prejuízos dos exercícios regulatórios	8.959	7.122

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. E processos judiciais com prognósticos de perda possível imateriais.

19. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em 1 de março de 2021, foi deliberado em AGE aumento de capital no montante de R\$16.200 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$153.001 para R\$169.201, com emissão de 16.200 ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$1 (um real) cada. O respectivo aporte foi proporcional a participação acionária de cada acionista conforme distribuição divulgada na Nota Explicativa 11 - Patrimônio Líquido.

Entrada em operação comercial

Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021).

Liberação de remanescente de subcrédito BNDES

Em 16 de março de 2021 foram liberados R\$41.000 remanescentes do contrato de financiamento de longo prazo BNDES, sendo 50% (R\$20.500) carimbados ao subcrédito A e 50% (R\$20.500) ao subcrédito B. Assim alcançando o total de disponibilização de crédito do contrato firmado junto ao BNDES.